

Alexandre Magalhães¹

AS PERIFERIAS NA PANDEMIA: EXPLICITAÇÃO DA *POLÍTICA DE PRECARIZAÇÃO* E DE EXPOSIÇÃO À MORTE

¹ Professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

RESUMO

Este artigo pretende traçar brevemente a configuração atual de periferias e favelas no contexto de expansão da pandemia do novo coronavírus. Buscarei apontar para o fato de que tal processo tem explicitado desigualdades estruturais e processos deliberados de precarização das condições de vida dessas pessoas (que chamarei aqui de *política de precarização*), mas também os inúmeros esforços delas para continuar vivendo, numa aposta na afirmação da vida contra a política de morte promovida pelo presidente da República.

PALAVRAS-CHAVE: periferias; pandemia; precarização.

A disseminação do novo coronavírus vem provocando inegáveis efeitos negativos mundo afora. Há um consenso na comunidade médica e sanitária internacional de que as autoridades públicas precisam correr contra o tempo e implementar medidas eficazes e de longo alcance para evitar uma tragédia maior do que a que estamos vivendo. Uma das ações principais, segundo apontam, é o chamado “isolamento social”, o que dificultaria a possibilidade de contágio pelo contato. Qualquer flexibilização dessa medida pode ser tomada como uma posição, no mínimo, irresponsável, para não dizer criminosa.

Diante do avanço da covid-19 e das ações realizadas para contê-la, é possível afirmar, pelo menos no caso brasileiro, que suas implicações não são as mesmas em todos os lugares e para todas as pessoas¹. Há diferenças de geração, classe, gênero, raça e lugar de moradia que demarcam as possibilidades de cuidado e de acesso aos serviços médico-hospitalares (e também assistenciais), já que tanto aquelas possibilidades quanto o acesso a estes serviços são distribuídos desigualmente entre as classes e camadas sociais.

Uma preocupação surgida no início da pandemia, e que passou a ocupar cada vez mais espaço na imprensa nacional, foi com o iminente espalhamento do vírus em favelas e periferias do país. Apesar dos esforços cotidianos dos habitantes destas localidades para melhorar suas condições de vida, seja através dos famosos mutirões, seja através da pressão que realizam sobre as autoridades públicas, muito ainda precisa ser feito para aprimorar as condições de habitabilidade, saneamento e de saúde destas populações.

Uma questão que persiste até o momento é: se o isolamento social é a medida mais adequada, como realizá-la em locais superpovoados, constituídos por ruas estreitas, com casas muito próximas umas das outras (o que dificulta saber onde uma começa e outra termina), muitas vezes sem ventilação adequada (algumas sequer tem janelas), habitações estas frequentemente ocupadas por várias famílias e pessoas e, se não bastasse, sem acesso adequado e regular à água e saneamento básico?

No caso particular da água, isso é ainda mais alarmante. Uma das ações recomendadas pelos médicos, sanitaristas e infectologistas como uma das formas mais eficazes de contenção do novo coronavírus é a lavagem frequente das mãos com água e sabão. Como lavar as mãos sem água? Para citar um exemplo, os moradores do Morro Santana, comunidade de Porto Alegre, estão sem acesso regular à água desde novembro de 2019². Portanto, estas pessoas estão muito mais expostas do que outras às possibilidades de contágio.

O que esta crise da pandemia do novo coronavírus ajuda a revelar, ao me-

¹ Ver, por exemplo: https://oglobo.globo.com/sociedade/covid-19-mais-letal-em-regioes-de-periferia-no-brasil-1-24407520?utm_source=aplicativoOGlobo&utm_medium=aplicativo&utm_campaign=compartilhar; e <https://extra.globo.com/noticias/rio/abismo-entre-ricos-pobres-se-reflete-nas-mortes-por-coronavirus-24407597.html?fbclid=IwAR3eKro0BSYVSC78WO4XdQGdbOQEwStksA9ChkuLR6lX6Y76v1x9whJFyvY>

² Sobre a situação de falta de água no Morro Santana ver: <http://reporterpopular.com.br/lutando-contra-falta-de-agua-comunidade-organiza-vaquinha-para-comprar-alcool-gel-e-materiais-de-higiene/> e <https://www.brasildefato.com.br/2020/03/24/periferias-de-porto-alegre-sofrem-com-falta-de-agua-durante-pandemia-de-coronavirus>

nos no caso das nossas grandes cidades, é a dimensão das desigualdades urbanas que a atravessam e se acumulam ao longo de sua história. Camadas de desigualdades que vão se sobrepondo e tornando a vida das pessoas que moram em favelas e periferias ainda mais difícil de ser vivida.

O aprofundamento destas desigualdades pode ser observado a partir da intensificação de processos de precarização das condições de vida nestas localidades promovidos deliberadamente por diferentes governos. Tomemos como exemplo de tal situação o que vem ocorrendo em duas capitais: Rio de Janeiro e Porto Alegre. A atual gestão da prefeitura carioca demitiu nos últimos anos centenas de profissionais de saúde, fechou clínicas da família, reduziu equipes de saúde primária (mais de 300 foram desmanteladas nesse período) e realizou cortes significativos no orçamento nessa área³. O resultado dessa *política de precarização* no contexto da pandemia é, entre muitas outras, a demora no atendimento, a falta de médicos e outros profissionais, além da superlotação das unidades de pronto atendimento (UPAs) localizadas nestes territórios⁴ e no restante da cidade. Em relação à Porto Alegre, o governo atual vem desmantelando todo o sistema de assistência social até então existente (organizado a partir da Fundação de Assistência Social e Cidadania, a FASC), cortando ações como o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (voltado para jovens pobres) em algumas comunidades⁵, mesmo em plena pandemia, e provocando um considerável desfinanciamento de outros serviços públicos de assistência. Tais ações governamentais levam a um aprofundamento das situações de vulnerabilidade social, criam condições que facilitam a propagação do vírus e dificultam o acesso adequado e amplo a redes de saúde e assistência que poderiam e deveriam atuar como suportes fundamentais na amenização dos efeitos da pandemia na vida destas pessoas.

Inspirados de alguma forma nos trabalhos de autoras como Judith Butler (2004; 2015) e Veena Das (2007), entre outras pesquisadoras, diferentes autoras e autores vêm discutindo esses processos de produção deliberada da precariedade⁶, apontando para a importância de observarmos como se efetivam no cotidiano das populações subalternas, moradoras de favelas e periferias formas variadas de causar dor, sofrimento, violências e também de impossibilitar ou dificultar o acesso à serviços e bens de cidadania que permitiriam a reprodução de suas vidas.

O outro lado dessa tragédia em curso e dessa *política de precarização* é como garantir que os moradores de favelas e periferias fiquem em casa quando para boa parte deles a possibilidade de obtenção da renda que sustenta suas famílias depende da circulação pela cidade. Trabalhadoras domésticas, informais, camelôs, enfim, uma multidão de mulheres e homens que precisam se movimen-

³ Cf. <https://diariodorio.com/devido-a-ma-gestao-rio-perdeu-quase-r-500-milhoes-de-investimentos-em-saude/>

⁴ Cf. <https://oglobo.globo.com/rio/covid-19-upa-do-complexo-da-mare-tem-rotina-de-falta-de-medicos-corpos-acumulados-1-24398596>

⁵ Cf. <https://www.sul21.com.br/poa/2019/12/conselho-municipal-denuncia-desmonte-total-na-assistencia-social-em-porto-alegre/>

⁶ Ver, por exemplo: Fernandes, 2020; 2018; Freire, 2019; Fernandes, 2017; Pierobon, 2018; Vianna, 2015

tar para conseguir o pão de cada dia. As notícias que chegam destas localidades durante a pandemia apontam para uma queda considerável da renda destas pessoas (quando não a suspensão completa) e de situações de fome⁷. Algo precisa ser feito!

Algo precisa ser feito. Mas é evidente que não qualquer coisa. É claro que o necessário e urgente melhoramento das habitações, da ampliação do acesso à água, ao saneamento, à saúde e outros serviços não significa a defesa de políticas de remoção que os governantes insistem em reproduzir. Já há conhecimento e recursos técnicos suficientes para realizar estes investimentos nos próprios locais em que as pessoas moram. Um urbanismo não remocionista é possível.

Do ponto de vista das condições econômicas, é preciso garantir às trabalhadoras e trabalhadores que habitam em favelas e periferias (e a todas e todos aqueles que trabalham de maneira informal) que o auxílio emergencial criado pelo governo federal e o Congresso Nacional se transforme em uma renda mínima básica num valor suficiente para que possam suprir suas necessidades básicas. Além disso, as prefeituras e governos estaduais – com recursos federais – devem garantir e ampliar a distribuição de cestas básicas (incluindo produtos de higiene e limpeza), gás, internet e suspender a cobrança de contas de água, eletricidade e outras. É possível impedir que a tragédia se transforme numa catástrofe social.

Para que todas estas iniciativas ganhem corpo, é necessário, como bem apontaram os pesquisadores da Fiocruz Sonia Fleury e Paulo Buss (2020), a constituição de um “Plano de contingência em favelas e periferias”, em que fosse definido um conjunto de ações voltadas especificamente para estes territórios, algo que ainda não foi feito.

Essa suposta inépcia da administração pública em relação à definição de ações mais incisivas no combate aos efeitos perversos do novo coronavírus na vida dos moradores de favelas e periferias não se deve apenas a uma gestão ineficiente ou à incompetência dos administradores, mas se caracteriza pelo modo mesmo como se efetiva o governo dos pobres urbanos ao longo de nossa história, marcada pelo o que Freire (2019) chama de um *governo pela escassez*⁸. Nesse sentido, a *política de precarização* é uma forma de viabilizar a necropolítica, nos termos de Mbembe (2016), isto é, quando a produção da morte (e de uma vida constantemente exposta à morte) se transforma no objetivo central dos cálculos do poder⁹. É possível afirmar ainda que o acesso tornado precário à determinados serviços e meios materiais de subsistência pode ser concebido como uma das expressões da violência de Estado, entendida aqui, nos termos de Feltran e Sanjurjo

⁷ Cf. <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2020/04/08/renda-e-alimentacao-pioraram-em-favelas-durante-pandemia-diz-pesquisa>

⁸ Freire (2019) afirma que a escassez como um modo de governo se constitui a partir de ações que “produzem e reproduzem a noção de que os recursos públicos são ‘limitados’ e ‘escassos’, de modo que sua distribuição e utilização dependem sempre do estabelecimento de prioridades e do equilíbrio entre necessidades individuais e políticas coletivas de saúde. Em suma, a escassez não é uma espécie de ‘dado bruto’ da realidade, mas sim fruto de um constante e excessivo trabalho de elaboração e reforço de uma ideia” (pp. 51-52).

⁹ Butler (2015) e Mendiola Gonzalo (2017) são autores que também discutem as diferentes formas de produção de uma exposição à morte de determinadas populações.

(2015), como uma clivagem entre os que pertencem à comunidade política (e por este motivo devem ser protegidos), daqueles que supostamente a ameaçariam (e devem ser controlados ou eliminados). Nesse sentido, a *política de precarização* agenciada durante a pandemia em relação às populações periféricas ressoa e se combina a outros dispositivos desta forma específica de violência e que há anos atravessa o cotidiano dessas pessoas compondo a política de morte que lhe é direcionada, como os assassinatos e chacinas provocadas por policiais (Farias, 2014), o desaparecimento forçado (Araújo, 2014), as prisões e outras instituições de controle (Mallart, 2019; Godoi, 2015), as remoções de favelas (Magalhães, 2019; Guterres, 2016). Todos esses dispositivos, de alguma forma combinados, produzem uma vida tensionada, sufocada e asfixiada (Magalhães, 2019; Farias, 2008) levando a constituição de uma verdadeira “geografia do terror” (Oslender, 2004) e a uma experiência atravessada pelo medo, o horror e a perda.

Nessa configuração, enquanto uma política de cuidado não parece surgir no horizonte da administração pública, os próprios moradores elaboram estratégias para encarar os efeitos da difusão do novo coronavírus em suas vidas. Através de redes locais de solidariedade e ajuda mútua, e contando com a colaboração de organizações da sociedade civil (locais ou não) e universidades públicas, os moradores produzem material de divulgação acerca das medidas que devem ser tomadas no dia a dia para evitar o contágio, correm atrás de doações de alimentos e itens de higiene e buscam produzir melhorias, ainda que limitadas, em seus lares¹⁰.

Essas iniciativas de solidariedade e ajuda mútua, embora não totalmente novas quando olhamos para a experiência histórica de moradores de favelas e periferias no Brasil, talvez esteja nos apontando para outros modos de existência, de produzir o comum, ao apostar numa mobilização cujo foco central é a defesa da vida. Diante de uma política de morte declaradamente assumida pelo presidente da República, baseada no negacionismo, no anticientificismo e no cinismo (ao apostar numa oposição vida x economia), tais ações operam desde uma perspectiva de afirmação da vida. Mesmo diante de condições tornadas precárias, apostar na vida nesse momento é tentar encontrar um caminho que, de alguma forma, contorne a maquinaria de produção de morte que foi acelerada nos últimos anos.

¹⁰Para acompanhar diferentes iniciativas atualmente em curso no Brasil e, especial, no Rio de Janeiro, ver a seção específica sobre isso do Dicionário de Favelas Marielle Franco: https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Coronav%C3%ADrus_nas_favelas

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Fábio. **Das “técnicas” de fazer desaparecer corpos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

BIRMAN, Patrícia; FERNANDES, Adriana; e PIEROBON, Camila. Um emaranhado de casos: tráfico de drogas, estado e precariedade em moradias populares. **Mana**, Rio de Janeiro, vol. 20, n 3, 2014, pp. 430-461.

BUTLER, Judith. **Vida precária: el poder del duelo y la violencia**. Buenos Aires: Paidós, 2006.

_____. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

DAS, Veena. **Life and Words: violence and the descent into the ordinary**. Los Angeles: University of California Press, 2007.

FERNANDES, Adriana. **Pesquisando em zonas de vulnerabilidade: dilemas, tropeços e estar junto**. *AYÉ*, v. 2, p. 168-198, 2020.

_____. **Imagens da precariedade e implicações etnográficas**. *Sociedade e Cultura*, v. 21, p. 1-22, 2018.

FARIAS, Juliana. **Governo de Mortes Uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado, (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, 2015.

FERNANDES, Camila. **Figuras da causação: sexualidade feminina, reprodução e acusações no discurso popular e nas políticas de Estado**. Tese de Doutorado em Antropologia, PPGAS-Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2017.

FLEURY, Sônia; BUSS, Paulo. **Periferias e pandemia: Plano de Emergência, já!** Disponível em: <http://cee.fiocruz.br/?q=node/1145>. Acesso em 05 de maio de 2020.

FREIRE, Lucas Magalhães. **A gestão da escassez: uma etnografia da administração de litígios de saúde em tempos de ‘crise’**. Doutorado em Antropologia. Museu Nacional/UFRJ, 2019.

GODOI, Rafael. **Fluxo em Cadeia. As Prisões em São Paulo na Virada dos Tempos**. São Paulo: Boitempo, 2017.

GONZALO, Ignacio Mendiola. De la biopolítica a la necropolítica: la vida expuesta a la muerte. *Eikasía: Revista de Filosofía*, n.75, maio 2017.

GUTTERRES, Anelise dos Santos. 2016. “O rumor e o terror na construção de territórios devulnerabilidade na zona portuária do Rio de Janeiro”. **Mana**, Rio de Janeiro, vol. 22, n. 1, 2016, pp.179-209.

MAGALHÃES, Alexandre. **Remoções de favelas no Rio Janeiro: entre formas de controle e resistências**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019, 327p

MALLART, Fábio. **Findas linhas: circulações e confinamentos pelos subterrâneos de São Paulo**. Tese de doutorado, (Programa de Pós-Graduação em Sociologia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2019.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica. Arte & Ensaio**. No 32, 2016, pp: 123-151

OSLENDER, Ulrich. Des-territorialización y desplazamiento forzado en el Pacífico colombiano: la construcción de geografías de terror. In: Seminario Internacional '(Des) Territorialidades y (no)lugares' **INER**, Medellín, 4-6 Noviembre 2004.

PIEROBON, Camila. **Tempos que duram, lutas que não acabam: o cotidiano de Leonor e sua ética de combate**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. PPCIS/ UERJ.

VIANNA, Adriana. Tempos, dores e corpos: considerações sobre a "espera" entre familiares de vítimas de violência policial no Rio de Janeiro. In: BIRMAN, Patrícia; LEITE; Márcia P.; MACHADO, Carly; SÁ CARNEIRO, Sandra de (Orgs.). **Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2015.